

O ENSINO MÉDIO E O ENEM COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

MIDDLE SCHOOL AND ENEM AS A PUBLIC POLICY FOR ACCESS TO
HIGHER EDUCATION

Klayton Lima Calvante Carvalho

Faculdade ITOP,
Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação - PPPGE - UFT
klayton.l.c.carvalho@hotmail.com

RESUMO: A educação no Brasil, segundo a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), deve ser gerida e organizada separadamente por cada nível de governo. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem gerir e organizar seus respectivos sistemas de ensino. A reestruturação do Ensino Médio levou as instituições a uma maior autonomia com a opção do uso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em seus processos seletivos com o propósito de democratizar o acesso ao ensino superior. Este trabalho busca analisar a história do Ensino Médio no Brasil, desde 1961 aos dias de hoje, evidenciando as políticas de acesso ao Ensino Superior. A metodologia adotada partiu de uma abordagem qualitativa, tendo como procedimentos a análise de conteúdos que sustentam a reforma do ensino médio e o ENEM. A análise foi desenvolvida tomando como referências algumas leis e baseando-se nas ideias de Andriola (2011), Bianchetti (2005), Bucci (2006), Brasil (1996, 2000 e 2013), Carvalho (2012), Cunha (2000), Saul (2010) dentre outros. Tem-se que as políticas públicas como e o caso do ENEM, não solucionará os problemas estruturais das instituições como a falta de vagas para todos os inscritos entre outros problemas

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio. Enem. Políticas Públicas.

ABSTRACT: Education in Brazil, according to the Federal Constitution and the Law on the Guidelines and Bases of National Education (LDB), must be managed and organized separately by each level of government. The Union, the States, the Federal District and the Municipalities must manage and organize their respective education systems. The restructuring of secondary education led institutions to greater autonomy with the option of using the National High School Examination (ENEM) in their selective processes with the purpose of democratizing access to higher education. This work seeks to analyze the history of high school education in Brazil from 1961 to the present day, evidencing the policies of access to higher education. The methodology adopted was based on a qualitative approach, having as procedures the content analysis that sustain the high school reform and ENEM. The analysis was developed taking as references some laws and based on the ideas of ANDRIOLA (2011), BIANCHETTI (2005), BUCC (2006), BRAZIL (1996, 2000 and 2013), CARVALHO (2012), CUNHA (2000), SAUL (2010) among others. It has been that the public policies as and the case of the ENEM, will not solve the structural problems of the institutions like the lack of places for all enrolled among other problems.

KEYWORDS: High school. And either. Public policy.

INTRODUÇÃO

A importância e os propósitos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como parte das políticas educacionais implantadas e reformuladas na década de 1990, juntamente com mudanças na estrutura curricular da educação e a consolidação do ENEM como forma de avaliação da educação básica e a

contribuição para o currículo do Ensino Médio, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais foram decisivas para a escolha e a definição do objetivo geral do presente estudo: analisar o histórico do Ensino Médio no Brasil, tomando como ponto de partida o ENEM como política de acesso ao Ensino Superior.

Certamente há facilidades e dificuldades, aspectos positivos e negativos nas políticas de acesso ao Ensino Superior, marcados, de um lado pelas barreiras tradicionalistas impostas pela própria sociedade e, de outro, pela possibilidade de revolucionar o acesso a um ensino superior de qualidade a toda a sociedade.

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho, buscou-se pesquisas que pudessem contribuir para esclarecer a relação entre ensino médio e o ingresso ao ensino superior através do ENEM, baseando-se nas ideias de Andriola (2011), Bianchetti (2005), Bucci (2006), Brasil (1996, 2000 e 2013), Carvalho (2012), Cunha (2000), Saul (2010) dentre outros.

Embora avanços importantes na área da educação tenham acontecido nos últimos anos, ainda há um caminho a percorrer para que Ensino Médio possa ocupar um espaço de destaque no meio educacional, vencendo, inclusive, o preconceito de que a educação oferecida nas instituições públicas não possui controle de aprendizado. No entanto, a sociedade é de fundamental importância para se obter um resultado positivo, para que a lei possa ser cumprida, e para que ocorra, de fato, uma transformação, já que esse assunto já foi tão debatido e é, ao mesmo tempo, atual: não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola.

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

O sistema educacional vem se modificando com o passar do tempo, segundo Neves (1999), sofreram influência da lógica capitalista e desenvolveram-se, a partir da segunda metade do século passado, com base na perspectiva neoliberal. Bianchetti (2005) ressalta que, nos anos de 1990, foram intensas as reformas sociais baseadas na doutrina do neoliberalismo que se contrapunha às políticas de bem-estar social.

A reforma educacional Francisco Campos (1930/1931) e a reforma das Leis Orgânicas de Ensino (1942/1943) evidenciam que o ensino médio

[...] possuía apenas a função de preparar para o ensino superior e só abrigava alunos das camadas sociais superiores economicamente. Os alunos de classes trabalhadoras acabavam por frequentar os cursos profissionalizantes, que, embora de nível médio, eram fechados, não permitindo passagem para outros tipos de ensino. [...] Após 1953 é que começou a equiparação entre os cursos técnicos e os acadêmicos (FELIPPE, 2000, p.85 apud DALRI; MENEGHEL, 2009, p. 7693).

Em decorrência do Golpe Militar de 1964, houve a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71 que implantou uma reforma do ensino de 1º e 2º graus, ampliando o ensino primário de quatro para oito anos e um nível secundário voltado para o ensino profissionalizante.

A história do ensino médio no Brasil sempre esteve atrelada ao enfrentamento da tensão entre educação geral e educação específica, que tem levado não à síntese, mas a polarização, fazendo da dualidade estrutural a categoria de análise por excelência. Para a compreensão das propostas que vêm se desenvolvendo ao longo da história, preciso considerar ainda que, dos anos 40 para cá, o ensino secundário passou por nove reformas, e que estas têm influenciado na identidade e no tipo de ensino. Sua característica mais geral sempre foi a de ensino primário seguido pelo secundário propedêutico e completado pelo superior, este sim dividido em ramos profissionais. E para atingi-lo o estudante sempre teve de vencer inúmeras barreiras, exames de admissão, para que ao final tivesse acesso ao certificado formal superior, que pretensamente lhe abriria as portas do mercado de trabalho. (KUENZER, 1990, p.9)

Moehlecke (2012, p.40) diz que “o ensino médio brasileiro, no decurso de sua história, tem sido recorrentemente identificado como um espaço indefinido, ainda em busca de sua identidade”, desta forma conhecendo o histórico da constituição deste nível de ensino, e compreendendo os contextos sociais das lutas e algumas conquistas, assim como os desafios que ainda persistem, tornam-se essencial para entender suas configurações. Já segundo Gomes (2010), a rotina existente entre docentes e estudantes, aborda questões voltadas à igualdade, equidade e justiça social.

No que diz respeito à influência da política econômica na estruturação da educação, Libâneo (1998) enfatiza a importância de uma transformação da escola para a transformações tecnológicas.

Essas mudanças (avanços científicos, globalização da comunicação e mundialização do capitalismo) mexem diretamente com a escola. Mudanças na produção afetam a organização do trabalho e o perfil de trabalhador. Com as transformações técnicas (informatização, sistemas de comunicação, maior automação), modificam-se as profissões, reduz-se o trabalho manual, aumenta-se a necessidade de trabalhadores com mais conhecimento e melhor preparo técnico, de

um trabalhador com mais cultura, mais polivalente, mais flexível. É evidente que tudo isso implica em valorizar a educação geral, propiciar novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais. É esse tipo de escola que o capitalismo está precisando, uma escola com objetivos mais compatíveis com os interesses do mercado. (LIBÂNEO, 1998)

Com a reforma dos anos de 1990, mudou-se o currículo do nível médio de ensino com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9.394/96) que, em um dos seus artigos, assegura a Educação Básica, assim como o Ensino Médio, obrigatório, gratuito e, portanto, direito de todo cidadão, tendo como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Assim, o educando aprende a focar no esforço da ação pedagógica: ao invés de acumular conteúdo, desenvolve a capacidade de aprender, pesquisar e buscar o conhecimento com a prática.

A tabela 1, faz uma comparação do ensino nas três LDBs um panorama com as mudanças de nomenclaturas adotadas em cada uma, suas diferenças e equivalências entre os diferentes níveis.

Tabela 1 – Comparativo das três LDBs.

LEI 4.024, DE 1961			LEI 5.692, DE 1971			LEI 9.394, DE 1996			Idade prevista	
GRAU PRIMÁRIO ENSINO PRIMÁRIO	Educação pré-primária	Escola Maternal	ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO	Escola Maternal	0 a 6 anos	EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO INFANTIL	Creche	*	0 a 3 anos
		Jardim de Infância		Jardim de Infância				Pré-Escola	*	4 e 5 anos
	Ensino primário	1ª série	Séries Iniciais	1ª série	Anos Iniciais		1º Ano ²⁰	6 anos		
		2ª série		2ª série			2º Ano	7 anos		
		3ª série		3ª série			3º Ano	8 anos		
4ª série		4ª série		4º Ano		9 anos				
Exame de Admissão ao Ginásio			1º GRAU	Séries Finais	Anos Finais	5º Ano	10 anos			
GRAU MÉDIO ENSINO MÉDIO	1º Ciclo Ginásial	1ª série				5ª série	6º Ano	11 anos		
		2ª série				6ª série	7º Ano	12 anos		
		3ª série				7ª série	8º Ano	13 anos		
		4ª série				8ª série	9º Ano	14 anos		
	2º Ciclo Colegial	1ª série	2º GRAU	1ª série	ENSINO MÉDIO	1º Ano	15 anos			
		2ª série		2ª série		2º Ano	16 anos			
		3ª série		3ª série		3º Ano	17 anos			
				4ª série (alguns casos regime profissional)						
Exame de Admissão ao Ensino Superior			Admissão: Exame Vestibular			Admissão: Vários				
ENSINO SUPERIOR			ENSINO SUPERIOR			ENSINO SUPERIOR			18 anos	

Fonte: CARVALHO (2012)

De acordo com Kuenzer (1990), como o Ensino Médio tem um caráter intermediário, a elaboração da proposta educacional para cada estágio de desenvolvimento requer um adequado enfrentamento da tensão entre a educação geral e a educação específica, em busca da síntese historicamente possível de múltiplas determinações infraestruturas e políticas que caracterizam cada momento.

Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização (BRASIL, 2000, p.5).

As novas formas de informação e conhecimento são promovidas pela revolução da comunicação e essas informações competem com a cultura escolar. A mídia produz idiomas, conhecimento, estilo de vida, valores, entre outras que desafiam a escola, que em sua função de disseminar conhecimento ou em seu caráter de socialização. Os professores do Ensino Médio devem colocar em

prática a lei sobre o ensino e aprendizagem consistente com o compromisso no processo de formação do conhecimento para que, principalmente os alunos das camadas populares, ao assumirem sua própria escolaridade, assumam seu destino.

ao contrário do que ocorre com os jovens mais privilegiados, revela-se como importante estratégia na trajetória daqueles provenientes das camadas populares o fato de assumirem (em geral no momento da passagem do 1º para o 2º grau) o próprio destino, dada a autonomia relativa obtida com o trabalho remunerado e o afastamento gradativo dos pais quanto ao acompanhamento da escolaridade do filho (PORTES, 1993, p.190).

Com as mudanças ocorridas na LDB entre 1961 a 1996, foi inevitável a implementação de diversas políticas educacionais, constituindo mecanismos de sustentação dessa mudança destinadas a avaliar a qualidade da educação no país que dentre elas, podemos destacar o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. E, de acordo com Saul (2006), a disseminação destes mecanismos de avaliação obrigou os gestores escolares a mudar os métodos de ensino nas escolas, visando a uma aplicação de programas avaliativos, nos quais os objetivos são estabelecidos com antecedência.

ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, no intuito de avaliar anualmente o desempenho escolar dos estudantes no fim da educação básica em todo o Brasil, para auxiliar na elaboração de medidas políticas para a melhoria do ensino. Foi instituído e normatizado pela Portaria Ministerial nº 438, de 28 de maio de 1998, sendo da responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Essa foi a primeira avaliação geral do sistema de ensino implantado no Brasil.

Política pública é programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à consecução e o

intervalo de tempo em que se separa o
atingimento dos resultados (BUCCI, 2006. p. 39).

A primeira versão da prova consistia em 63 questões aplicadas em um dia de prova que estava composta por numa prova escrita (redação) e outra com questões objetivas, elaborado com uma abordagem de situações-problema, contextualizada e interdisciplinar, um total de 63 questões de várias escolhas, cujo valor era atribuído em notas em uma escala de zero a 100 pontos para cada uma das competências.

[...] concebido, inicialmente, como um teste optativo e aplicado pela primeira vez em 1998, o ENEM constrói sua trajetória marcada por contradições inerentes a uma nova e importante experiência, de grande proporção e de nível nacional, batendo recordes de inscrição e participação nos anos de 2009 e 2010. Tornou-se, portanto, o principal instrumento de avaliação da Implantação da Reforma nas escolas públicas e privadas, sinalizando para o MEC as diferenças entre redes e revelando as deficiências a serem superadas. (RAMALHO; NÚÑEZ, 2009, p.8).

Ao longo dos anos, o ENEM acrescentou funções e, mais que isso, foi uma modalidade de processos de seleção para acesso a instituições de Ensino Superior, no todo ou em parte, além da função do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), no processo de obtenção da certificação do Ensino Médio isso em alguns anos, já no ano de 2017 o mesmo foi desmembrado.

Devido à diferença de seleção para o Ensino Superior - de vestibular para Enem -, as escolas tiveram que mudar a estrutura curricular, para personalizar o novo sistema de avaliação “alterando a ênfase da transmissão do conhecimento para o desenvolvimento de competências, transpondo uma realidade educacional crítica” (MOREIRA, 2014 p. 166). Diferenças estas que podem ser observadas com maior clareza na tabela 2.

Tabela 2 – Mudanças na forma de acesso ao ensino superior.

ANO	MUDANÇA FEITA PELO GOVERNO FEDERAL
1808 a 1910	O acesso às faculdades era automático.
1911	O Decreto nº 8.659, de 5 de abril, institucionaliza o acesso ao ensino superior ao estabelecer o Exame de Admissão.
1915	O Exame de Admissão tem seu nome alterado para Vestibular por meio do Decreto nº. 11.530 de 18 de março.
1925	O Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro, institui o critério de vagas nas instituições de ensino superior.
1968	A função do vestibular como instrumento de seleção é explicitada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.540 de 28 de novembro.
1996	A Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional excluiu de seu texto o termo vestibular e passou a adotar a expressão Processo Seletivo.
2005	O ENEM é empregado como critério de seleção para uma bolsa do Prouni.
2009	O ENEM é reformulado e proposto a implantação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) como única forma de acesso ao ensino superior nas Instituições Públicas Federais.

Fonte: CUNHA (2000).

Em 2009, o Enem consolidou-se ainda mais sua importância quando passou a ser considerado o principal meio para o ingresso no Ensino Superior no Brasil, à exceção das universidades e instituições que mantiveram processo seletivo próprio.

A utilização dos resultados do ENEM em processos seletivos para o ensino superior é um dado relevante na medida em que avaliações que pretendam catalisar reformas precisam ter presença expressiva no cotidiano do nível de ensino alvo de propostas de reforma (FRANCO; BONAMINO, 2001, p. 18).

Assim, pode-se verificar que o ENEM e a educação têm uma relação de políticas públicas, uma vez que o objetivo é medir o conhecimento adquirido pelo aluno durante a vida escolar por meio de uma ferramenta de avaliação, com base em habilidades relacionadas ao conteúdo desses ciclos.

Em 2010, o MEC apresentou uma nova proposta que reformulou o Enem em seu uso como forma de seleção unificada nos processos seletivos dos Institutos Federais de Ensino Superior – Ifes. O novo Enem é composto de questões objetivas em quatro áreas de conhecimento:

a) linguagens, códigos e suas tecnologias (incluindo redação); b) ciências humanas e suas tecnologias; c) ciências da natureza e suas tecnologias; e d) matemática e suas tecnologias. Cada grupo de testes será composto por 45 itens de múltipla escolha, aplicados em

dois dias, constituindo, assim, um conjunto de 180 itens. A redação deverá ser feita em língua portuguesa estruturada na forma de texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema de ordem social, científica, cultural ou política. (ANDRIOLA, 2011, p. 115)

Com esta reformulação, o MEC garante que o ENEM tem como objetivo “democratizar o acesso ao sistema federal de mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação das ensino médio” (BRASIL, 2013).

O ENEM, como política pública, vem projetando estabelecer critérios especiais de aferição de competência e habilidade, exigindo maior incremento estratégico nas instituições de ensino.

Freqüentemente, ouvimos uma pergunta: “qual é ou qual deve ser a relação da universidade com a sociedade?” Ou, então, esta outra: “como inserir a universidade na sociedade?”. Essas perguntas são curiosas. De fato, se indagamos pela relação entre universidade e sociedade ou pelo modo de inserção da primeira na segunda, estamos pressupondo que a universidade teria alguma realidade extra-social e política. Em outras palavras, estamos supondo que há duas realidades e que precisamos saber como se relacionam. Ora, a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada (CHAUI, 2001).

Com as reformas curriculares, podemos exprimir que hoje as instituições de ensino superior têm caráter extra-social em uma sociedade na qual os sujeitos são levados a usar a inteligência, criatividade com rapidez diante das mudanças.

Portanto, essa percepção ao aumento de inscritos no ENEM trouxe a necessidade de se incorporar novas políticas públicas de ingresso ao Ensino Superior. É nesse contexto que surgiu o Prouni, o Sisu e o Fies que neste estudo não entraremos em detalhe, contudo, uma pesquisa posterior poderá avaliar estas políticas públicas.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) também faz parte das políticas educacionais do governo federal visando expandir e melhorar o acesso a ensino superior. Este programa teve início em 2004, sendo regulamentado pela Lei nº 11.096/2005. A seleção dos alunos para o mesmo é realizada com base nas notas obtidas no ENEM, exigido-se como requisitos mínimos a serem alcançados pelos candidatos a nota de 450 pontos na média do exame, além de não zerar na prova de redação. Porém, a operacionalização do processo é realizada por meio de um sistema de seleção informatizado (MEC, 2013)

Assim, no desde o ano de 2005, o Enem é empregado, também, como critério de seleção para discentes que pretendem concorrer a uma bolsa do Prouni, que foi criado naquele ano por meio da Lei nº 11.096/2005.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho abordou a questão das grandes e decisivas conquistas na educação nos últimos tempos, mas que somente foram alcançadas e consolidadas pelo surgimento dos movimentos sociais, que tiveram forte influência na elaboração da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96. A Lei de diretrizes e Bases da Educação é considerada um valioso instrumento de cidadania.

As mudanças ocorridas na estruturação do ENEM nos últimos anos podem ter influência positiva nas políticas públicas educacionais, pois estimulou o aumento de candidatos inscritos no ENEM e de instituições que aderiram ao exame como meio de ingresso a elas.

Um fato que não se pode deixar de mencionar é o de que as políticas públicas, como é o caso do ENEM, não solucionarão os problemas estruturais das instituições como a falta de vagas para todos os inscritos entre outros problemas.

Para tanto, a pressão sobre os professores do Ensino Médio, em especial, aumentou significadamente, pois o aluno passou a ser avaliado pelo ENEM a partir de uma lógica diferente do tradicional, ou seja, o professor foi impulsionado a modificar sua prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**. [online]. 2011, vol.19, n.70, p. 107-125.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 56).

BUCCI, M. P. Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas: reflexões para um conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 39.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2000.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996).** 1996. Redação alterada pela Lei nº 12.796, de 2013; Lei nº 11.684, de 2008.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARVALHO, A. A. **Perfil sócio cultural e escolar de jovens rurbanos com curso superior:** exalunos da Escola Estadual do distrito de Mercês de Água Limpa – Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo. Editora UNESP, 2001.

FRANCO, C. & BONAMINO, A. Iniciativas recentes de avaliação da qualidade da educação no Brasil. In: FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

GOMES, N. L. **Ensino médio:** praticas pedagógicas que reconheçam e respeitem a diversidade. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7181-4-6-ensino-medio-praticas-pedagogicas-nilma-lino/file>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

KUENZER, Acácia Zenaide. **Ensino Médio e Profissional:** as políticas de um Estado neoliberal. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Entrevista: Perspectivas de uma Pedagogia.** IN: Revista Pensar a Prática 1:1-21, jan./jun.1998.

MOEHLECKE, Sabrina. **O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais.** Revista Brasileira de Educação, v.17, n.49, p.39-58, 2012.

MOREIRA, Verônica Lima Carneiro. **Impactos do ENEM sobre o trabalho docente no ensino médio.** Curitiba: CRV, 2014.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PORTES, E. A. **Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

RAMALHO, Betânia Leite; NÚÑEZ, Isauro Beltrán (Orgs.). **Aprendendo com o ENEM.** Reflexões para melhor se pensar o ensino e a aprendizagem das ciências naturais e matemática. Brasília: Líber Livro, 2011.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória:** desafio a teoria e a pratica de avaliação e reformulação de currículo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Recebido em 18 de junho de 2018.
Aceito em 30 de setembro de 2018